**EDUCAÇÃO A ESCALA HUMANA PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: ABORDAGENS PARA A AÇÃO TERRITORIAL E O CUIDADO COM A VIDA**

Lina Marcela Gómez Rico 1[[1]](#footnote-1)

Linam.gomezco@gmail.com

Francisca de Paula Santos da Silva 2[[2]](#footnote-2)

fcapaula@gmail.com

**RESUMO**

No atual contexto de crise ecológica e multidimensional da modernidade, onde uma visão mecânica da realidade gerou a ilusão de separação entre o ser humano e a natureza, provocando relações de exploração que destroem os ecossistemas que sustentam a vida no planeta, é urgente gerar alternativas e transformações em direção a modos de vida mais harmoniosos com os ecossistemas naturais por meio de processos educativos transdisciplinares, conectados com o conhecimento local, a diversidade cultural e as realidades territoriais. O objetivo deste artigo é apresentar uma proposta de Educação em Escala Humana para o Turismo de Base Comunitária, a partir de um diálogo que surge a partir de duas experiências territoriais, uma em Panguipulli, sul do Chile, com comunidades Mapuche, e outra no Quilombo Cábula, em Salvador da Bahia, nordeste do Brasil, com comunidades quilombolas. E, termos de metodologia, apresentam-se as duas experiências, com uma abordagem metodologias participativas e é realizado um diálogo a partir de referenciais teóricos do Desenvolvimento em Escala Humana, do Turismo de Base Comunitária e da educação popular, como abordagens para uma práxis territorial que possibilite o desenho de processos educativos para o cuidado da vida.

**Palavras-chave**: Turismo de Base Comunitária, educação à Escala Humana, necessidades humanas.

**1. CRISE ECOLÓGICA E CIVILIZACIONAL DA MODERNIDADE**

A crise ecológica e civilizacional da modernidade é hoje uma crise ontológica ancorada numa visão mecânica do mundo, que gerou a ilusão de separação entre o ser humano e a natureza, conduzindo a humanidade a modos de vida que ameaçam os equilíbrios ecológicos que sustentam as diferentes formas da vida no planeta (Leff, 2012) (Max-Neef, 1986) (Shiva; Mies, 2015).

Esta visão de mundo da modernidade, caracterizada por alguns autores como uma visão de mundo única, ontologia dualista ou monocultura (Escobar, 2015), gerou um modelo de desenvolvimento capitalista, neoliberal e patriarcal baseado no crescimento econômico ilimitado que coloca a vida a serviço do capital e submete a natureza com a desculpa de satisfazer “necessidades humanas ilimitadas” (Shiva; Mies, 2015), quando na realidade limita as possibilidades de grande parte da população viver em condições de dignidade e autonomia, pela acumulação de poder e capital , e pela apropriação da natureza nas mãos de poucos, ampliando e destruindo a biodiversidade natural e cultural e os modos de existência locais ou ontologias relacionais, nas palavras de (Escobar, 2014, p. 93):

*“Na sua forma dominante, esta modernidade – capitalista, liberal e secular – estendeu o seu campo de influência a muitos cantos do mundo desde o colonialismo. Com base no que chamaremos de “ontologia dualista” (que separa o humano e o não humano, a natureza e a cultura, o indivíduo e a comunidade, “nós” e “eles”, a mente e o corpo, o secular e o sagrado, a razão e o emoção, etc.), esta modernidade se arrogou o direito de ser 'o' Mundo (civilizado, livre, racional), em detrimento de outros mundos existentes ou possíveis."*

Este impacto dos modos de vida modernos e da atividade humana modificou a composição física e química do planeta, a tal ponto que se fala do Antropoceno, como a nova era geológica que varia as condições estáveis do Holoceno, sendo este último a era geologia que permitiu a evolução da civilização moderna (Zalasiewicz Et Al., 2017). De acordo com a atualização do estudo sistêmico dos Limites Planetários, que analisa os componentes do ambiente necessários para garantir a estabilidade e habitabilidade da Terra, até 2023 foram transgredidos seis dos nove limites planetários: alterações climáticas, deflorestação, perda de a biodiversidade, a quantidade de produtos químicos sintéticos, a escassez de água doce e o equilíbrio do ciclo do nitrogênio (Richardson et al., 2023).

Em termos de perda de biodiversidade a nível global, o Índice Planeta Vivo (IPV) 2022 mostra uma diminuição média de 69% na abundância relativa das populações monitoradas de animais selvagens entre 1970 e 2018. Na América Latina e no Caribe, verificou-se uma diminuição de 94% nas populações monitoradas no mesmo período de tempo, sendo uma das áreas com maior biodiversidade do planeta e a que apresenta maior perda de espécies (Almond et al., 2020).

Tudo isso, além de comprometer a continuidade da vida humana no planeta, aumenta a vulnerabilidade dos territórios, com graves efeitos como secas, poluição, perda de soberania alimentar, migrações e conflitos socioambientais, especialmente entre povos com um significativa diversidade cultural e sabedorias ancestrais, ou seja, outras ontologias e modos de estar no mundo, historicamente devastados, como as comunidades indígenas, afrodescendentes e camponesas, em toda a América Latina.

Dessa forma, além da apropriação material dos territórios, é preocupante a destruição simbólica de outras ontologias não dualistas e de outras formas de existência humana, ou seja, das ontologias relacionais, definida por Arturo Escobar (2015), como formas de existir consciente da interdependência com a comunidade e com os territórios. Em contraste com um mundo globalizado neoliberal onde existe a ilusão de um ser humano ou “indivíduo” desterritorializado, que satisfaz as suas necessidades ilimitadas no mercado global e alcança o seu bem-estar através do consumo de bens, reproduzindo estilos de vida autodestrutivos e limitando a possibilidade de outros futuros possíveis, “a modernidade deve ser entendida como o caráter peculiar de uma forma histórica de totalização civilizacional da vida humana” (Echeverría, 2011, p. 114).

Da mesma forma, é de salientar a insuficiência desta ontologia e epistemologia dualista desligada das bases biofísicas que sustentam a vida, para dar respostas à atual crise ecológica, onde as soluções propostas são de natureza técnico-científica, que continuam a reproduzir relações de exploração com a natureza e, portanto, gerar processos entrópicos que esgotam os recursos naturais e destroem a vida. Nesse sentido, cabe perguntar: será que a crise atual pode ser resolvida a partir da ontologia que causa a crise? Como podem ser geradas transformações a partir dos territórios? E qual a importância dos saberes territoriais e das ontologias relacionais neste contexto?

**2. TERRITÓRIOS ANCESTRAIS EM RESISTÊNCIA: TURISMO COMUNITÁRIO EM PANGUIPULLI E QUILOMBO CÁBULA**

Em toda a Abya Ayala, nome dado ao continente latino-americano pelo povo indígena Kuna, originário da Colômbia e do Panamá, e que significa “terra madura”, “terra viva” ou “terra florescente” (Porto-Gonçalves, 2011). É um continente onde coexistem diversos territórios que continuam a resistir à destruição ecológica, social e cultural, que se iniciou com os processos de colonização e continua hoje com os processos modernos de globalização, através da imposição de uma visão homogénea do mundo que coloca a vida ao serviço do capital.

Esta seção destaca, como processos de educação, resistência e defesa territorial, duas experiências de Turismo de Base Comunitária (TBC) com povos culturalmente diversos, como o Povo Mapuche em Panguipulli, uma zona rural no sul do Chile, e a comunidade do Quilombo Cábula, na zona urbana de Salvador da Bahia, no nordeste do Brasil. Ambas as experiências têm sido realizadas por meio de metodologias participativas que dialogam e dão visibilidade aos saberes locais e ancestrais, como a pesquisa-ação participativa, no caso de Panguipulli, e a pesquisa de aplicação, no caso do Quilombo cábula (Silva; Zuñiga; Rico, 2024).

É de salientar que o Turismo de Base Comunitária (TBC) é uma forma de planejar e gerir o turismo de forma participativa e cooperativa, que transcende a perspectiva comercial, priorizando o bem-estar das comunidades e territórios de acolhimento. O TBC é entendido como um fenômeno humano multicultural e transdisciplinar que gera processos de diálogo e aprendizagem em torno de diferentes modos de vida. Ressalta-se, ainda, que os processos comunitários, as experiências e os serviços turísticos gerados estimulam as identidades culturais e o conhecimento das histórias coletivas, tudo isso fundamental para a transformação social e territorial (Sampaio, 2007; Silva; Matta; Sá, 2016).

Voltando às experiências territoriais, por um lado, Panguipulli, “espírito puma” em Mapudungun, língua do povo Mapuche, é um território situado na região de Los Ríos, no sul do Chile. Neste território, as forças naturais e os conhecimentos ancestrais do povo Mapuche e das comunidades camponesas geraram modos de vida e práticas harmoniosas com os ecossistemas locais. No entanto, desde os processos de colonização até aos dias de hoje, os habitantes do território enfrentam processos de resistência às pressões extrativistas que se expressaram em: desapropriação de terras ancestrais, privatização e apropriação da água, imposição cultural, proibição de práticas culturais e perda de saberes ancestrais. Neste contexto, e diante ao turismo de massa que procura comercializar e expulsar pessoas do território, o programa de Turismo de Base Comunitária “Trawun”, atualmente “TBC Los Ríos”, nasceu em 2013 com o objetivo de ressignificar o turismo como estratégia de defesa territorial. Dentro do trabalho realizado de forma dialógica e participativa, é importante destacar processos educativos de resistência como: a articulação de lutas pela defesa territorial, espaços educativos Inter geracionais, fortalecimento da identidade cultural, criação de organizações cooperativas, processos de inovação social em diálogo com os saberes locais e produção de pesquisas contextualizadas e comprometidas com o território (Gómez Rico; Ibarra Vallejos, 2020) (Silva; Zuñiga; Rico, 2024).

Por outro lado, Quilombo Cábula, ambas palavras de origem banto, é um território localizado na zona urbana de Salvador da Bahia, nordeste do Brasil. Quilombo significa acampamento, e cabula significa mistério, culto religioso, secreto, oculto (Alves Da Silva Souza, 2018). No passado, os quilombos eram locais de fuga de pessoas escravizadas para recuperar a liberdade, juntamente com os povos indígenas e pessoas economicamente desfavorecidas que resistiram à ordem vigente nos tempos de colonização. Esse Território, devido à sua localização afastada do centro urbano, e natureza abundante de rios, pântanos, morros e depressões, possibilitou a implantação do Quilombo Cabula, que permaneceu ativo entre os séculos XVII e XIX (SANTOS DA SILVA; RODRIGUES MATTA; COIMBRA DE SÁ, 2016). É neste contexto histórico territorial que, desde 2010, vem sendo realizado o projeto de pesquisa e extensão, “Turismo Comunitário em Cabula”, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que atualmente dá origem ao Centro de Estudos e inovação para o Turismo de Base Comunitária CEITBC -UNEB. Esse trabalho territorial, que tem como um dos seus pilares a educação para o Turismo de Base Comunitária, representa um espaço de resistência diante a precariedade das condições materiais de vida e à crescente especulação imobiliária que descaracteriza o território e visa invisibilizar a história local e ancestral. Por isso, os resultados dos processos educativos incluem: a valorização e visibilidade dos saberes e conhecimentos populares, juntamente com o fortalecimento da autoestima e da identidade local, a geração de diferentes espaços educativos como rodas de conversa, atividades com escolas do território, roteiros pelos bairros do território e os encontros anuais de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária ETBCES. Da mesma forma, destacam-se a criação de organizações comunitárias como o Coletivo de mulheres artesãs “Cultarte” e a operadora de Turismo de Base Comunitária AQC (Silva; Matta; Sá, 2016) (Silva; Zuñiga; Rico, 2024).

Como descrito nos parágrafos anteriores, e apesar das particularidades e diferenças territoriais, ambas as experiências de Turismo de Base Comunitária têm gerado espaços educativos como estratégias de resistência a outras formas de desenvolvimento que colocam a vida e o bem-estar das pessoas e da comunidade no centro. Surgem também em diálogo com as necessidades do contexto, os saberes locais, as ontologias e as formas de habitar os territórios, tornando visíveis as vozes que foram silenciadas pela história oficial. Estas propostas pedagógicas em criação fazem parte de uma educação à escala humana para o Turismo de Base Comunitária. Os conceitos e referenciais teóricos que alimentam as experiências territoriais são desenvolvidos nos parágrafos seguintes.

**3. EDUCAÇÃO EM ESCALA HUMANA PARA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA**

Os processos educativos transdisciplinares contextualizados com os territórios são cada vez mais urgentes e necessários em tempos de crise ecológica e planetária, onde é fundamental redefinir o papel do ser humano e a forma de ser e viver nos territórios. A perspectiva de inter-relação e interdependência com os ecossistemas locais só é alcançada quando as pessoas têm consciência dos impactos que geram no seu ambiente, ou seja, quando conseguem ser protagonistas na gestão dos seus territórios (Max-Neef, 1986).

Para gerar uma abordagem nos parágrafos seguintes, é descrito e realizado um diálogo a partir da Educação Popular, do Desenvolvimento em Escala Humana e do Turismo de Base Comunitária, como abordagens críticas que permitem compreender e transformar as realidades locais através do protagonismo e da participação dos habitantes dos territórios (Max-Neef; Elizalde; Hopenhayn, 1994). Portanto, a forma de abordar os processos educativos não se limita às instituições formais de ensino, mas inclui também os espaços de aprendizagem que se geram nos territórios e no cotidiano.

Essa abordagem transdisciplinar e dialógica da educação é compartilhada a partir de abordagens pedagógicas latino-americanas como as de Paulo Freire e Gabriela Mistral, que escapam aos limites disciplinares e institucionais, para abordar o ser humano em sua totalidade e em seu contexto territorial. É assim que Paulo Freire destaca a importância de uma educação que reconheça as pessoas como sujeitos livres, que geram conhecimento através do encontro entre o educador e o educando, e aprendem juntos na interação com o mundo. Dessa forma, sua proposta de uma educação dialógica para a liberdade permite que as pessoas tenham uma visão própria do mundo, necessária para uma verdadeira práxis que permita autonomia e capacidade de transformação, nas palavras de Freire: “práxis que, sendo reflexão e ação verdadeiramente transformadora da realidade, é fonte de conhecimento e de criação” (Freire, 1987; SILVA; ZUÑIGA; RICO, 2024).

De forma complementar à proposta de Gabriela Mistral, ganhadora do Prêmio Nobel de Literatura, poetisa, pedagoga e professora latino-americana, foi uma defensora dos oprimidos e invisibilizados pela história oficial. Gabriela Mistral promoveu uma educação sensível, orgânica e profunda, que deveria despertar a dimensão espiritual do ser humano, e que deveria ocorrer na interação com a vida e o cotidiano, ou seja, uma educação dialógica. Sublinhou também a importância de a educação não ser um modelo imitado, mas responder às necessidades e realidades do contexto.

O Desenvolvimento em Escala Humana (DEH), é uma proposta transdisciplinar que surgiu na América Latina e a partir do trabalho territorial, como uma resposta alternativa aos modelos de desenvolvimento capitalistas neoliberais baseados no crescimento econômico infinito, que, a partir da homogeneização e da exploração, geram realidades desumanizadoras e destruidoras da vida.

De acordo com os autores da teoria DEH – Manfred Max-Neef, Antonio Elizalde e Martin Hopenhayn. – O desenvolvimento é sobre a pessoas e não a objetos. Portanto, o melhor processo de desenvolvimento será aquele que possibilitar o bem-estar das pessoas, o que depende da possibilidade que as pessoas tenham de satisfazer adequadamente as suas Necessidades Humanas Fundamentais (NHF) (Max-Neef; Elizalde; Hopenhayn, 1994).

A partir desta abordagem, dá-se uma contribuição central, ao propor uma visão diferente das necessidades e do ser humano, gerando uma proposta alternativa a uma visão de necessidades ilimitadas e hierárquicas, que são satisfeitas no mercado. É assim que se faz uma distinção fundamental entre necessidades, satisfatores e bens. As necessidades são consideradas finitas e fazem parte dos subsistemas que compõem a natureza humana e, portanto, universais. Nessa perspectiva, é feita uma classificação que envolve a divisão das necessidades em uma categoria “existencial”, que inclui as necessidades de Ser, Ter, Fazer e Ser; e outra categoria “axiológica” que inclui as necessidades de Liberdade, Proteção, Afeto, Compreensão, Subsistência, Participação, Lazer, Criação e Identidade e em algumas obras está incluída a espiritualidade (Gómez Rico, 2018).

Os satisfatores são formas de ser, ter, fazer e ser, que permitem a satisfação de necessidades. Estas dependem do contexto cultural e temporal de cada grupo humano e, portanto, podem ser infinitas, ou seja, os satisfatores são tão diversos quanto os territórios e. suas riquezas culturais. E bens são objetos materiais que, pela forma como são produzidos, podem ou não aumentar a satisfação e as necessidades. Esta visão sistêmica considera que as necessidades possuem duas dimensões, uma de carência e outra de potencialidade, ou seja, a necessidade de participação, também pode ser a potencialidade de participação, reivindicando o papel ativo do ser humano como sujeito e protagonista de promover o seu bem-estar. Da mesma forma, todas as necessidades são consideradas igualmente importantes, uma vez que, numa perspectiva sistémica, a forma como uma necessidade é satisfeita afeta positiva ou negativamente a satisfação de outras necessidades. Atribuindo um papel fundamental aos satisfatores, especialmente aos sinérgicos, que, pela forma como satisfazem uma necessidade, estimulam simultaneamente a satisfação de outras necessidades. Por exemplo, a educação popular ou a educação contextualizada, ao satisfazer a necessidade de compreensão, estimula e aumenta a satisfação de necessidades como identidade, participação, proteção, liberdade e criação (Max-Neef; Elizalde; Hopenhayn, 1994).

Com o exposto, é possível destacar que, a partir do Desenvolvimento à Escala Humana, gera-se a Matriz de Necessidades Humanas Fundamentais como uma proposta de ação territorial, uma abordagem metodológica que permite identificar a forma como as necessidades são satisfeitas em cada território, bem como os problemas e potencialidades ligados às necessidades a partir de uma dimensão individual, coletiva e territorial, o que também permite realizar um planejamento participativo baseado em necessidades contextualizadas, com ênfase no bem-estar das pessoas (Gómez Rico; Ibarra Vallejos, 2020). Além disso, esta abordagem permite-nos alargar a nossa visão em relação à pobreza e à riqueza nas sociedades, transcendendo indicadores quantitativos como o PIB que não refletem a realidade das pessoas, nem o bem-estar das pessoas. Portanto, falamos de diferentes tipos de pobreza que derivam de Necessidades Humanas Fundamentais não atendidas, como afeto, participação, compreensão, participação, entre outros presentes na sociedade moderna atual. Da mesma forma, vale a pena falar de diferentes tipos de riqueza, em comunidades onde apesar das deficiências materiais há abundância de criatividade, solidariedade, confiança e outros valores que são invisibilizados pelo modelo de desenvolvimento hegemônico.

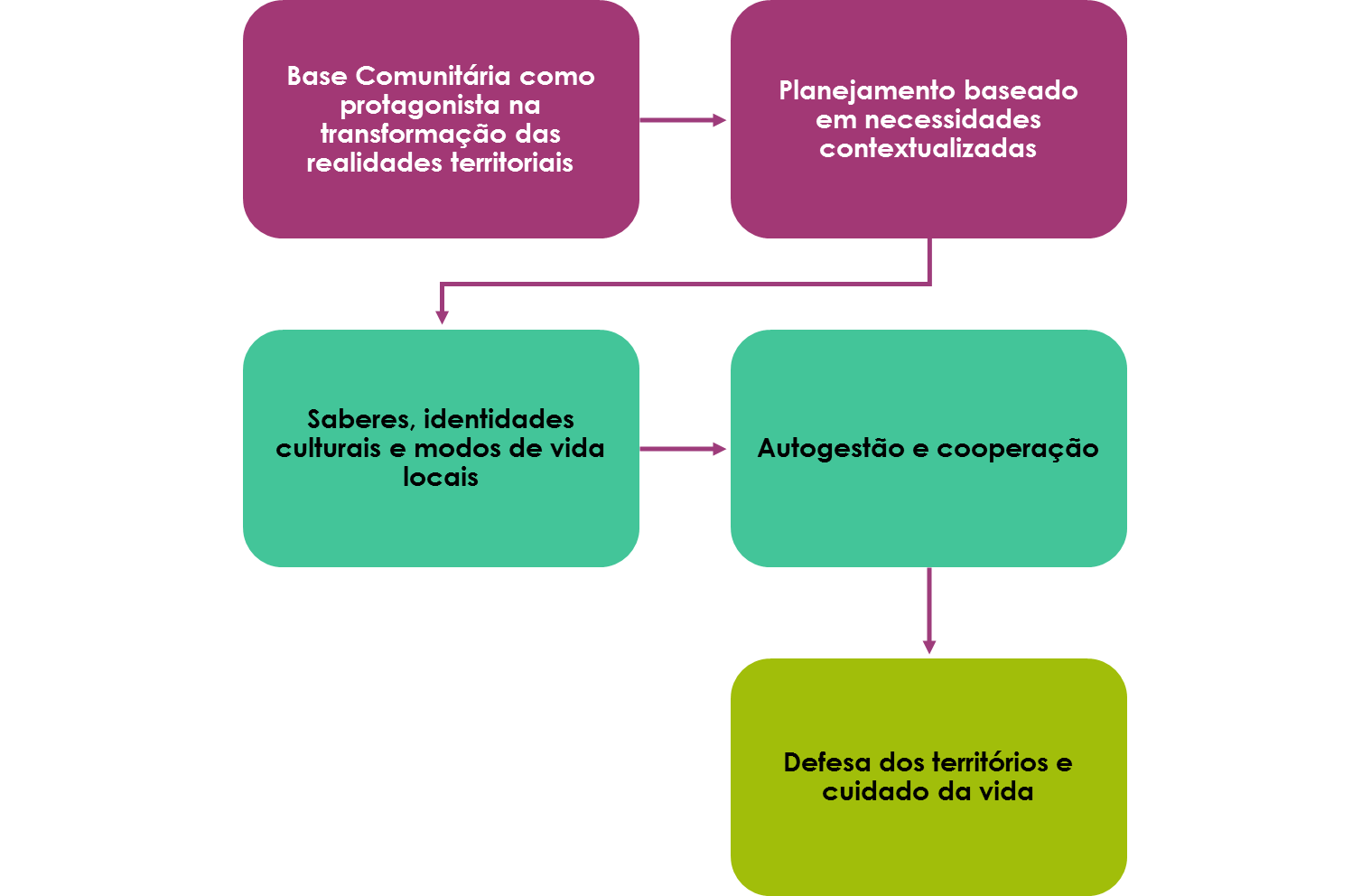
Nesse sentido, o Turismo de Base Comunitária (TBC) é uma proposta de desenvolvimento local que compartilha princípios e fundamentos com o Desenvolvimento em Escala Humana (Coriolano, 2013), como explicitado a seguir, e que transcende a perspectiva comercial do turismo, para compreendê-lo como uma práxis econômica, produtiva, cultural e sustentável (Matta; Silva; Boaventura, 2014). O TBC é uma forma de planear e organizar o turismo a partir do protagonismo das comunidades locais na gestão dos seus territórios, e do reconhecimento e salvaguarda dos seus conhecimentos, saberes, cultura e modos de vida, o que permite a defesa dos modos de vida locais e da diversidade cultural (Santos Da Silva; Rodrigues Matta, 2021). Assim, destacam-se como elementos centrais para o TBC: a comunidade, a vida cotidiana, e a convivialidade (Pacheco Habert; Henríquez Zúñiga, 2016; Sampaio, 2007).

De acordo com o exposto acima, cabe perguntar: Quais são os alicerces compartilhados entre o Desenvolvimento em Escala Humana e o Turismo de Base Comunitária, que permitem a geração de processos educativos para a autonomia e o cuidado com a vida nos territórios?

**4. DIÁLOGOS E PROCESSOS EDUCATIVOS TRANSDISCIPLINARES PARA O CUIDADO DA VIDA**

Os fundamentos e dimensões éticas compartilhadas entre o TBC e o DEH são diversos, tanto no nível teórico e metodológico como nas experiências territoriais, especialmente no Chile e no Brasil. Além disso, a partir das experiências do TBC em Quilombo Cabula, e do TBC los Ríos em Paguipulli, apresentadas nos parágrafos anteriores, há outros trabalhos que dão conta e complementam esse diálogo (Coriolano, 2013; Gómez Rico; Ibarra Vallejos, 2020; Pacheco Habert; Henríquez Zúñiga, 2016; Silva; Zuñiga; Rico, 2024)

Por limitações de espaço, e a título de síntese, destacam-se a seguir cinco dimensões compartilhadas entre TBC e DEH, que estão presentes nas experiências de TBC no Quilombo Cabula e no TBC Los Ríos. São dimensões fundamentais para gerar processos educativos em torno do cuidado da vida e da autonomia nos territórios, denominados neste trabalho como Educação em Escala Humana para o Turismo de Base Comunitária.



*Fonte: elaboração própria. Dimensões em diálogo entre o DEH e o TBC*

No que diz respeito à primeira dimensão, a **Base Comunitária como protagonista na transformação das realidades territoriais,** baseia-se no reconhecimento das pessoas como sujeitos e não como objetos dos processos de desenvolvimento. Neste sentido, são essenciais espaços de aprendizagem que permitam uma consciência crítica da realidade e uma consciência da capacidade da agência das pessoas e da comunidade.

De forma complementar, **o Planejamento baseado em necessidades contextualizadas** permite desenvolvimento de uma visão do mundo e o reconhecimento da capacidade de transformação em termos de bem-estar local. Destacando que os processos de aprendizagem e educacionais ocorrem na interação entre o ser humano e seu ambiente. É de salientar que a proposta da Matriz de Necessidades Humanas Fundamentais permite um trabalho metodológico pertinente nessa linha.

Da mesma forma, o reconhecimento dos **saberes, das identidades culturais e dos modos de vida locais**, que representam formas de Inter existência, de ser e conviver com uma comunidade e com os territórios. Os processos TBC e DEH só podem ser gerados em diálogo com os saberes e saberes locais, portanto, as particularidades são respeitadas e a riqueza que surge na diversidade é potencializada. Espaços de aprendizagem baseados em saberes e modos de vida locais são fundamentais para a transformação em modos de vida mais harmoniosos com a natureza.

Por outro lado, **a autogestão e a cooperação**, tanto DEH como TBC, estimulam a geração de capacidades para satisfazer necessidades de forma endógena e cooperativa. Desta forma, a articulação e o fortalecimento dos tecidos territoriais são centrais e fazem parte do processo que se constrói ao longo do tempo.

Por fim, no que diz respeito à **defesa dos territórios e ao cuidado da vida**, o DEH tem como princípio fundamental que “nenhum processo ou interesse económico em qualquer circunstância pode estar acima da reverência pela vida” e propõe como um dos seus pilares a articulação orgânica entre os seres humanos, a natureza e a tecnologia, ou seja, as ações humanas devem contribuir para os equilíbrios ecológicos. Da mesma forma, o TBC cuida e coloca no centro as ações que protegem as diferentes formas de vida acima dos interesses mercantis, o TBC é uma ferramenta de defesa da vida e dos territórios.

**5. CONCLUSÕES**

A Educação em Escala Humana para o Turismo de Base Comunitária, como proposta pedagógica em diálogo com experiências territoriais com povos com significativa diversidade cultural e saberes ancestrais, historicamente invisibilizados, como o povo Mapuche em Panguipulli e as comunidades do antigo Quilombo Cabula, representa uma contribuição para o fortalecimento das lutas pela defesa da vida e dos territórios de Abya Ayala. Além disso, possibilita um encontro horizontal entre o conhecimento científico e os saberes ancestrais, que dão conta dos modos de ser e existir em comunidade e inter-relação e, portanto, representam ontologias transcendentais para construir novos horizontes nas sociedades atuais.

Nesse sentido, representa um diálogo fértil para tais processos que possuem tanto uma dimensão local quanto uma dimensão planetária em relação às contribuições ontológicas e epistemológicas que a sabedoria dos povos pode proporcionar para as transições em busca dos equilíbrios ecológicos e do bem viver. Apesar do exposto, estas propostas são sementes alternativas que requerem cuidados e redes que apoiem a sua existência e ação territorial diante aos desafios atuais. Portanto, ficam em aberto as questões: como consolidar processos de educação em escala humana para o Turismo de Base Comunitária, que permitam a revitalização e construção de autonomia nos espaços locais, diante aos desafios globais que ameaçam os territórios? Como gerar processos educativos que reconheçam horizontalmente as diversidades culturais, os saberes, as artes, os ofícios e as visões de mundo ancestrais? Como fortalecer redes de articulação e troca de saberes entre diferentes territórios, a partir do Turismo de Base Comunitária?

**REFERÊNCIAS**

ALMOND, R. E. A. (ED ) et al. Informe Planeta Vivo 2022 : hacia una sociedad con la naturaleza en positivo. 2020.

ALVES DA SILVA SOUZA, I. C. **Design cognitivo colaborativo para ambientes virtuais: o caso do portal TBC cabula**. Tese (Doutorado)—Salvador, Bahia: [s.n.].

CORIOLANO, L. N. Lazer e turismo para o desenvolvimento na escala humana. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, v. 1, 17 dez. 2013.

ECHEVERRÍA, B. Pensamiento Político Ecuatoriano. mar. 2011.

ESCOBAR, A. **Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia**. Primera edición ed. Medellín, Colombia: Ediciones Unaula, 2014.

ESCOBAR, A. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. p. 89–100, 10 dez. 2015.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 1987.

GÓMEZ RICO, L.; IBARRA VALLEJOS, I. Educación a Escala Humana desde artes, oficios y saberes locales en São Gonçalo Beira Rio Sao (Brasil) y el programa Trawun (Chile). **Polis (Santiago)**, v. 19, n. 56, 14 jun. 2020.

GÓMEZ RICO, L. M. **Modos de vida, artes y oficios: el Desarrollo a Escala Humana en el accionar pedagógico de la Ruta Trawun**. Tesis de Magister en Desarrollo a Escala Humana y Economía Ecológica—[s.l.] Universidad Austral de Chile, 2018.

LEFF, E. **Aventuras da epistemología ambiental**. São Paulo, Brasil: Cortez Editora, 2012.

MATTA, A. E. R.; SILVA, F. DE P. S. DA; BOAVENTURA, E. M. Design-based research ou pesquisa de desenvolvimento: metodologia para pesquisa aplicada de inovação em educação do século XXI. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, v. 23, n. 42, p. 23–36, dez. 2014.

MAX-NEEF, M. A. **La economía descalza: señales desde el mundo invisible**. Stockholm: Nordan, 1986.

MAX-NEEF, M.; ELIZALDE, A.; HOPENHAYN, M. **Desarrollo a Escala Humana: Conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones**. Barcelona: Icaria Editorial, 1994.

PACHECO HABERT, G.; HENRÍQUEZ ZÚÑIGA, C. El Turismo de Base Comunitaria y los procesos de gobernanza en la Comuna de Panguipulli, sur de chile. **Gestión Turística**, n. 25, p. 42–62, 2016.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Abya Yala, el descubrimiento de América. Em: **Bicentenarios (otros), transiciones y resistencias**. Buenos Aires, Argentina: Una Ventana, 2011.

RICHARDSON, K. et al. Earth beyond six of nine planetary boundaries. **Science Advances**, v. 9, n. 37, p. eadh2458, 13 set. 2023.

SAMPAIO, C. Turismo como Fenômeno Humano: princípios para pensar a ecossocioeconomia do turismo e sua prática sob a denominação turismo comunitário. **Revista Turismo em Análise**, v. 18, p. 148, 18 nov. 2007.

SANTOS DA SILVA, F. DE P.; RODRIGUES MATTA, A. E. TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO CABULA da noção de ser a uma práxis colaborativa. Em: **Cabula, território de antiguo Quilombo: Estudos e perspectivas para o turismo de base comunitaria**. Salvador, Bahia: Editora da UFBA, 2021. p. 251–281.

SANTOS DA SILVA, F. DE P.; RODRIGUES MATTA, A. E.; COIMBRA DE SÁ, N. S. Turismo de base comunitária no antigo Quilombo Cabula. v. 16, n. 2, p. 79–92, ago. 2016.

SHIVA, V.; MIES, M. **Ecofeminismo: teoría, crítica y perspectivas**. Argentina: Icaria editorial en colaboracion con Econautas, 2015.

SILVA, F. DE P. S. DA; MATTA, A. E. R.; SÁ, N. S. C. DE. Turismo de base comunitária no antigo Quilombo Cabula. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, n. 2, p. 79–92, 2016.

SILVA, F. DE P. S. DA; ZUÑIGA, C. H.; RICO, L. M. G. Educação de Jovens e Adultos numa Perspectiva à Escala Humana para o Turismo de Base Comunitária: Educación de Jóvenes y Adultos desde uma Perspectiva de Escala Humana para el Turismo de Base Comunitaria. **Revista Cocar**, n. 26, 10 set. 2024.

ZALASIEWICZ, J. et al. The Working Group on the Anthropocene: Summary of evidence and interim recommendations. **Anthropocene**, v. 19, p. 55–60, 1 set. 2017.

1. Doutoranda em difusão do conhecimento UFBA. Investigadora CEAM Universidade Austral de Chile. Integrante Fundação Manfred Max-Neef. Integrante Sociedade Andina de Economia Ecológica. [↑](#footnote-ref-1)
2. Universidade do Estado da Bahia (UNEB). [↑](#footnote-ref-2)